

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - CTC

31.05.2023

* * *

- Abre a reunião o Sr. Ricardo Madalena.

* * *

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Transportes e Comunicação da 1ª Sessão Legislativa da 20ª legislatura. Vamos registrar aqui, com muito prazer, a presença dos nobres deputados Paulo Mansur...

O SR. PAULO MANSUR - PL - Presente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Deputado Donato, deputado Enio Tatto, deputado Oseias de Madureira, deputado Valdomiro Lopes, deputado Atila Jacomussi e esse que vos fala, Ricardo Madalena.

Solicito a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Em havendo acordo de todos, eu peço a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

Nós temos hoje a Ordem do Dia. Nós vamos analisar a pauta e depois vamos ouvir o Sr. Marco Antonio Assalve, secretário de Transportes Metropolitanos, Sr. Rafael

Benini, secretário de Parcerias e Investimentos, um representante do Ministério Público, que é o Sr. Dr. Luiz Ambra Neto, e vamos ouvir um representante da concessionária ViaMobilidade, só que ao Sr. Deputado Enio Tatto, que foi o autor...

Donato, perdão, deputado Donato, que foi o autor do convite, até solicitado não “convocação” e sim “convite”, mas tenho uma péssima notícia... Nós não temos, aqui, a presença, e mandou justificando que não estaria presente o secretário Assalve, o representante da CCR e também o secretário Benini. Então quero deixar avisado que vai se tornar prejudicado o Item 2. E nós vamos, agora, dar início à pauta...

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - No momento do Item 2, nós vamos discutir essa situação ou não?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Não, vamos sim, só estou dando ciência, porque...

O SR. DONATO - PT - É bom dar alguns minutos para eles terem chance de chegar.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Como nós vamos discutir a pauta anexa hoje e, infelizmente, o requerimento está aqui, eu vou municiar a todos vocês para nós acelerarmos, mas justificando a ausência de ambos os secretários e mais a ViaMobilidade.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Então de todos os convidados, nós teremos apenas a representante do Ministério Público, é isso?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Até o momento o que eu tenho aqui em mãos é o Sr. Dr. Luiz Ambra Neto, ele deve estar presente, Dr. Luiz... Ele disse que estaria aqui conosco, vamos aguardar também, mas os demais...

O SR. ENIO TATTO - PT - Desculpa, eu não entendi direito. O senhor tem alguma justificativa do secretário, dos outros que não virão? Qual foi a justificativa?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Vamos lá. Secretaria de Parcerias e Investimentos, resposta ao ofício em que nós fizemos o convite: “Sr. Deputado, com meus cordiais cumprimentos, informo que não poderei comparecer à próxima reunião da CTC agendada para 31/05, às 12 horas, com razão de compromissos anteriores firmados.

O secretário executivo desta pasta anterior indicado também foi convocado para um agenda oficial e não poderá comparecer. Sem embargos, colocamo-nos à disposição para eventual convite em nova data, de modo a prestar esclarecimentos que sejam solicitados por esta comissão. Na certeza, contamos com a compreensão, atenciosamente”.

Vamos, agora, ver o Transporte Metropolitano: “Excelentíssimo Sr. Deputado, com meus cordiais cumprimento, acuso o recebimento do convite para participar da CTC promovida pela Alesp, que será realizada no dia 31, às 12 horas, no Plenário Tiradentes, servindo-me do presente para agradecer o convite formulado e informar que estarei impossibilitado de comparecer ao mencionado evento devido a compromissos anteriores assumidos. Aproveito a oportunidade para expressar... E me coloco à disposição. Marco Assalve”.

E aí a ViaMobilidade confirmou recebimento acima... “Convidando para a CTC, em que pese a importância da relevância do assunto, informamos que na data agendada não poderemos participar em virtude de compromissos assumidos anteriormente...”.

Então, infelizmente, nós temos...

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Quero agradecer, aqui, a presença de mais um membro dessa CTC, que é o deputado Carlão Pignatari, que foi presidente desta Casa, com muita honra sua presença. Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, eu participo já aqui na Assembleia há diversos anos, estou no sexto mandato, e na Comissão de Transportes também. Eu queria avisar a todos que isso aqui está se repetindo sempre do mesmo. Se você analisar a justificativa dos três, mesmo sendo de órgãos diferentes, é padrão, acho que a mesma pessoa fez a justificativa dos três.

Então, é da gente não entrar nessa: “Ah, porque tem um compromisso oficial”, e aí a Comissão de Transporte fica em segundo plano? Não dá para aceitarmos esse tipo de coisa. Deputado Donato fez esse requerimento, no dia nós aceitamos, ele aceitou transformar em convite, e quando se transforma em convite, o cara vem se quiser. Não tem o compromisso de vir, deputado Valdomiro.

Então proporia aqui, Sr. Presidente, que antes de entrarmos na pauta, o senhor determinasse, porque não tem que combinar com eles. É a agenda da comissão. E que já propusesse uma nova vinda deles e comunicasse para eles não arrumarem um outro compromisso e ir simplesmente protelando, porque não dá para admitir que três terão o mesmo problema para não vir à comissão no dia de hoje.

Esse filme eu já vi aqui na Comissão de Transporte e na Assembleia Legislativa.

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. ENIO TATTO - PT - Estou propondo que V. Exa. refaça e que, se não vier, a gente transforme em convocação, porque não dá para a Comissão de Transportes ser desrespeitada dessa forma, eu acho que é um desrespeito. Você pode olhar as três justificativas, parece que a mesma pessoa fez as três justificativas, é padrão, e nós ficamos aqui em segundo plano.

Todo mundo, aqui, teria compromissos hoje, outros, se não fosse a vinda deles além da pauta. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, deputado Enio Tatto, faz jus, porque, realmente, deputado Oseias de Madureira fez a solicitação para que se transformasse em convite e não convocação, infelizmente não estão presentes. Fizeram a justificativa, mas não estão presentes. Com a palavra, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - No mesmo sentido do deputado Enio Tatto, presidente, mas só para historiar um pouco como foi. Todos os membros sabem aqui, o deputado Oseias fez o apelo, antes o deputado Jorge Wilson também tinha me ligado e eu não vi problema nenhum em transformar em convite, até como um gesto ao primeiro momento de contato com os secretários.

Enfim, na semana passada, na sexta-feira, se não me engano, o presidente me ligou dizendo que eles queriam fazer uma reunião comigo prévia, e eu expliquei ao presidente, eu conversei com qualquer pessoa, o momento que quiser, sobre o tema, mas que isso não significava abrir mão do convite, até porque eu não tinha nem poder regimental, já que o convite, na medida em que é aprovado, é um convite da comissão, não é mais meu, e da mesma forma expliquei isso a eles no dia.

Na segunda-feira, veio o secretário executivo, que me fuge o nome agora, da secretaria do Benini.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Acho que é André, se não me engano.

O SR. DONATO - PT - André, não é? André Isper? E fez uma apresentação, tinha também o representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos, mas eu deixei muito claro que aquela apresentação me ilustra, me traz alguns elementos, em algumas coisas me esclareceu, mas que era importante que eles comparecessem aqui e exercessem o poder deles sobre a ViaMobilidade para que ela comparecesse.

Porque o problema maior é a ViaMobilidade. Es secretários estão chegando, eles estão tomando as providências deles, imagino, e vão relatar para nós as providências que estão tomando, mas o problema é a ViaMobilidade, ela tinha que ter entregado até ontem, 30 de maio, 13 trens. Tem um trem que ela contratou, fez um barulho enorme e não está

rodando ainda, ela tinha que ter entregado 13 trens. Ela está usando os trens da CPTM que ela já deveria ter devolvido, então é gravíssimo.

E eu acredito que a ViaMobilidade deve muitas explicações a esta Casa, como representantes do povo paulista. Então eu gostaria de, no momento adequado, talvez no segundo ponto da pauta, vencendo-a, que nós possamos aprovar a convocação das pessoas que não vieram, porque não é possível...

O secretário Benini veio aqui, andou de gabinete em gabinete para fazer “lobby” para indicar gente na Artesp, gastou tarde, tarde, manhã, ficou aqui andando horas, e ele não tem tempo de vir aqui explicar um assunto absolutamente importante que envolve bilhões de reais e que atinge milhões de pessoas? É um desrespeito com essa comissão. Então, em um momento adequado, eu quero propor que eles sejam convocados, porque é claramente um desrespeito que eles estão fazendo com essa Casa.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, deputado Donato.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Enio Tatto. Só um segundinho, para concluir até a fala do Donato. Nós temos, deputado Donato... Quero agradecer aqui a presença da deputada Ediane Maria, que está aqui conosco, seja bem-vinda. E dizer que nós temos uma convocação, o Item 14 da pauta hoje, que convoca o Sr. Marco Assalve, Sr. Rafael Benini e também o secretário da Casa Civil, Arthur Lima.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem... Só um minutinho, que eu tenho que respeitar a ordem de inscrição. Então vamos aguardar a pauta para vermos qual decisão tomaremos no final. Após a fala do deputado Enio Tatto, deputado Paulo Mansur. Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pois não.

O SR. ENIO TATTO - PT - Só para registrar e para vocês verem o problema do cano que nós levamos com a comissão, o desrespeito, Donato falou, participou em todos os gabinetes, veio conversar com todo o tempo do mundo, ficou um dia inteiro aqui para fazer “lobby” para indicação das duas pessoas da Artesp, que nós aprovamos, inclusive.

Hoje, está aqui, quando ficou sabendo dessa vinda do pessoal, do secretário e da ViaMobilidade... A ViaMobilidade é que ganhou a concessão da linha 9 da CPTM, que vai até o Grajaú, Vila Natal, que estamos esperando que construa a última estação, que é Varginha. Tem um gordinho ali, Deusclei, ele veio lá de Varginha. Se ele veio de trem, deputada Ediane, da CPTM linha 9, se não quebrou, ele demora uma hora, mais ou menos.

Se ele veio de ônibus, demora mais de duas horas, e hoje o trânsito estava impossível. Tem o Nilton, que veio lá do Jardim das Imbuías, que é onde eu moro, também por conta disso. Estou vendo ali o Félix e o Ceará, são todos do movimento de transporte. Vieram lá do Grajaú, que vocês devem saber onde fica, tudo por conta da vinda do secretário e da ViaMobilidade para tratar desse assunto, que eu já falei que é pauta de todo noticiário.

Não precisa inventar pauta, procurar pauta. Todo dia a linha 9 é pauta dos jornais, para a televisão, para as redes sociais, dos problemas que têm. E aí simplesmente nós chegamos aqui, o cara cancela, não vem, porque foi convidado.

Então, é um desrespeito total, e eu queria fazer esse registro e me solidarizar com o pessoal do movimento de transporte, que saiu em dia de chuva, deixaram seus afazeres, provavelmente não vieram eles pessoalmente, eles vieram representando o movimento de transporte daquela região que tanto luta e há tanto tempo está reivindicando a conclusão e o bom funcionamento, principalmente da linha 9 da CPTM, Sr. Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, está registrado. Com a palavra, deputado Paulo Mansur.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Olha, respeito o nobre deputado Enio Tatto. Eu estive lá na secretaria com o Rafael Benini, secretário técnico, uma pessoa de carreira dentro da área do transporte. E o assunto, a gente conversou, ele com o Tarcísio está tentando buscar garantias para os investimentos do Estado, porque você tem, ali, muitas concessões que muitos empresários acabam não entrando por uma falta de garantia.

Nós conversamos muito do metrô intercidades, e ali eu vi uma figura muito técnica dentro do Ministério do Transporte, não uma indicação política, como o PT faz no governo federal, que muitos não são técnicos e estão ali por serem pessoas de partido, e nós sabemos disso. Então, a gente tem uma base da secretaria do Tarcísio, técnica.

Ele não pôde vir, até liguei para ele ontem, e ele não pôde vir hoje, e cada um tem seus compromissos. Acho que se ele vier aqui, nós iremos conversar com uma pessoa superinteligente, vai ser um papo superbom, mas acho que também não precisamos falar assim como a V. Exa. fala do secretário, que ele está vindo aqui, fazendo “lobby”, e que eu vejo que não é isso, não concordo.

Eu gostaria de pedir vista para os Itens 14 e 15 aqui dessa comissão, porque eu preciso analisar antes de seguir isso.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Sr. Presidente, vou dar uma sugestão aqui para acabar com essa contenda.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Deputado Valdomiro Lopes.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - O líder do Governo, Xerife, pediu que eu fizesse todo o esforço também para não faltar, e ele me disse da preocupação dele...

Eu acho o seguinte, vamos pegar o nosso líder do Governo, que faz parte dessa comissão, e pedir que ele acerte uma data que não seja mais passada de lado, para que essas figuras venham aqui, senão, acho que acaba tendo que haver a convocação. Mas é ruim, acho que a gente convida de novo. E V. Exa. também pode fazer isso como presidente dessa comissão, fazer um convite agora firme, porque não é possível mais que as pessoas venham aqui para ouvir e não sejam ouvidas.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Oseias de Madureira.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Eu concordo com o nobre deputado e acredito que, em havendo, sempre, na dedicação do senhor na Presidência dessa comissão uma conversa com o secretário para que possamos conversar com ele de uma forma tranquila, que haja um convite para que, dentro do contexto técnico e da sua competência também, ele possa esclarecer aquilo que, sem dúvida, é um ponto cordial, e acima de tudo de esclarecimento, e possamos convidá-lo, mas com uma data que não haja o cancelamento, para que a gente possa evitar, nesse momento, a convocação.

E não havendo, nós iremos para a convocação. Mas eu me uno, também, ao nobre deputado, eu acho que todo mundo tem suas responsabilidades, também tem compromissos, e às vezes acontece como acontece com todos nós. Então eu sugiro que haja essa conversa de uma forma cordial, que se estabeleça um data dentro da possibilidade dessa comissão, e nós possamos ouvi-lo e tudo transcórrer para o sucesso de tudo que está proposto por nossa comissão.

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sem dúvida nenhuma eu concordo e não vou discordar de nenhuma das partes, por quê? Nós estamos aqui representando o povo paulista, nós temos que ter uma satisfação do que está ocorrendo hoje. Temos a linha 9 praticamente dia sim, dia não, trabalhando e não trabalhando.

Nós temos que saber o que está ocorrendo, para passar isso para os nossos eleitores e para nossa população do estado de São Paulo. Então isso é prioridade. Agora todos os deputados estão aqui, não foi atendido um convite, então, se não for atendido um convite, a esta comissão o Regimento da Casa dá o poder de convocação. E foi feito o convite a pedido do deputado Oseias, deputado da base, e não foi acatado, porque fez uma reunião, mas ficou bem claro que a reunião não determinava eximir a presença.

Como o deputado Paulo Mansur acabou de dizer, são pessoas competentes, nós vimos aqui no currículo, assim como eu trabalhei no governo PT e como o Tarcísio, governador de São Paulo, trabalhou junto, no DNIT, no governo do PT. Nós trabalhamos lá, e hoje estamos aqui representando o povo paulista.

Então eu acho que é um momento de reflexão para fazermos o melhor que nós podemos fazer, não entrar nessa aresta de governo de esquerda, governo de direita, mas sim mirar naquilo que há necessidade para nosso povo paulista, para tentar eximir, resolver e saber o que está ocorrendo realmente, quais são as providências que estão sendo

tomadas junto ao governo do Estado, junto à secretaria, junto à ViaMobilidade, para dar uma satisfação para a população do nosso estado de São Paulo.

Quero anunciar, aqui, a presença da deputada Ana Carolina Serra, que está aqui conosco no dia de hoje, também.

O SR. DONATO - PT - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com a palavra, que estava em ordem de inscrição, deputado Donato. Para darmos início à pauta.

O SR. DONATO - PT - Só para tentar compor aí as expectativas, a gente pode fazer um gesto para os secretários de ter um novo convite, mas poderíamos convocar a ViaMobilidade. É uma concessionária de bilhões de reais, o problema é com ela. Os secretários chegaram agora, não tenho muito o que falar para os secretários, tenho que cobrar da ViaMobilidade. Então queria que pudéssemos convocar a ViaMobilidade e convidar os secretários, se for possível.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu acho que é regimental, vou consultar a secretaria aqui para fazermos a convocação, mesmo que o pedido de vista, eu pôr para apreciação do plenário e nós fazermos a convocação da ViaMobilidade. Pelo menos a ViaMobilidade neste momento caso não passe o Item 14 do requerimento. Foi pedida vista?

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Vou dar início à pauta, e quem quiser pedir vista, é regimental.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, só um esclarecimento, o que o deputado Donato está colocando é aquilo que já foi convocado, não veio hoje, transformar em convocação. O Item 14, que foi pedido vista, que é legítimo, do deputado Paulo, é outra coisa. Donato está propondo que a gente mantenha o convite para os secretários, mas que, para a ViaMobilidade, seja feita uma convocação. Eu concordo também.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Após a pauta, a gente põe em plenário e vota para a convocação da ViaMobilidade, ok? Vamos dar início, então?

O SR. PAULO MANSUR - PL - Gostaria... posso?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pode, pode.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Gostaria de saber se o meu pedido de vista foi concedido.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sim, é regimental, o pedido de V. Exa. é regimental.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Obrigado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Só queria pedir vista em conjunto do Item 14 e 15, também.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Bom, vamos dar início à pauta então, alguém mais quer...?

O SR. ENIO TATTO - PT - Só pedir vista...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Vista em conjunto do Item 14, deputado Enio Tatto e deputado Paulo Mansur.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Catorze e 15.

O SR. ENIO TATTO - PT - Catorze e 15.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Catorze e 15.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Isso.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Os dois, vista conjunta. Quem mais? (Pausa.) Ok, vamos dar início, então.

Projeto de lei para deliberação não-conclusiva. Item 1 - Projeto de lei nº 75/2020. Autor: deputado Bruno Ganem. Torna obrigatória a previsão, nos contratos de concessão de rodovias estaduais, de cláusula que imponha o dever de instalar placas de advertência sobre a prática do crime de abandono de animais. Relator: deputado Oseias de Madureira, voto favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 2. Projeto de lei nº 319/2022. Autor: deputado Bruno Ganem. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de taxas relativas à renovação da CNH às pessoas com idade igual ou superior a 70 anos. Relator: deputado Léo Oliveira, voto favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 3... Dá uma viradinha no microfone aí, fazendo o favor? Ok. Item 3. Projeto de decreto legislativo. Autor: deputado Caio França. Susta os efeitos do Art. 3º do Decreto nº 65.414, de 22 de dezembro de 2020, que altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 64.065, de 2 de janeiro de 2019, e dá providências correlatas. Relator: deputado Paulo Mansur, voto favorável.

Em discussão. Srs. Deputados que forem favoráveis... perdão. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 4. Projeto de lei nº 1.304/2019. Autor: deputado Ed Thomas. Denomina "Antonio José da Costa" a via que liga a Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP-294 - ao município de Paulicéia. Relator: deputado Oseias de Madureira. Voto favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 5. Projeto de lei nº 1.337/2019. Autor: deputado Roberto Engler. Denomina "Professora Nelita Sançana" o dispositivo de acesso ao retorno com duplo viaduto localizado no km 355, 360m da Rodovia Cândido Portinari - SP-334 -, em Batatais. Relator: deputado Léo Oliveira. Voto favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 6. Projeto de lei nº 601/2020. Deputado Ed Thomas. Denomina "Luiz Scarelli" o dispositivo em desnível localizado no km 475 da Rodovia Assis Chateaubriand - SP-425 -, de acesso ao distrito de Coronel Goulart, em Pirapozinho. Relator: deputado Oseias de Madureira. Voto favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo apresentado.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto apresentado pelo relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 7. Projeto de lei nº 378/2021. Autor: deputado Frederico D'Avila. Denomina "Johannes Henricus Scholten" o dispositivo de entroncamento localizado entre os km 244 e 245 da Rodovia Raposo Tavares - SP-270 -, em Paranapanema. Relator: deputado Paulo Mansur. Voto favorável ao projeto conclusivamente na forma do substitutivo ora apresentado.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 8. Projeto de lei nº 865/2021. Autor: deputado Frederico D'Avila. Denomina "Dr. Clóvis Scipilliti" o túnel 1, localizado no km 7 da rodovia Mário Covas - SP-021 -, pista interna, na Capital. Relator: deputado Oseias de Madureira. Voto favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto apresentado pelo relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 9. Projeto de lei nº 867/2021. Autor: deputado Frederico D'Avila. Denomina "Dr. Fernando Penteado Cardoso" o túnel 1, localizado no km 7 da rodovia Mário Covas - SP-021 -, pista externa, na Capital. Deputado Léo Oliveira, relator. Voto favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 10. Projeto de lei nº 24/2022. Autor: deputado Rogério Nogueira. Denomina "Jairo Ribeiro de Mattos" a via de acesso nos kms 155/308, em Rio das Pedras. Relator: deputado Léo Oliveira. Voto favorável, conclusivamente.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto apresentado pelo relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a proposição.

Item 11. Projeto de lei nº 183/2022. Autor: deputado Mauro Bragato. Denomina "Arlindo Barbosa" a ponte PTC 137/421, localizada no km 136 mais 670 metros da SP-421, sobre o rio Laranja Doce, na divisa dos municípios de Taciba e Nantes. Relator: deputado Oseias de Madureira. Voto favorável, conclusivamente.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a proposição.

Item 12. Projeto de lei nº 187/2022. Autor: Mauro Bragato. Denomina "Irmão Corsaletti" a ponte PTC 009/272, localizada no km 9, mais 230 metros da Rodovia Olímpio Ferreira da Silva - SP-272 -, sobre o rio Pirapozinho, na divisa dos municípios de Pirapozinho e Alvares Machado. Relator: deputado Léo Oliveira: Voto favorável, conclusivamente. Item... perdão.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a proposição.

Item 13. Projeto de lei nº 462/2022. Autor: deputado Mauro Bragato. Denomina "Miguel Ramos" o dispositivo de segurança SPD 456/425, localizado no km 456, 430 metros, da Rodovia Assis Chateaubriand - SP-425 -, em Presidente Prudente. Relator: deputado Oseias de Madureira. Voto favorável, conclusivamente.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto apresentado pelo relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a proposição.

O Item 14 e o Item 15 foram pedidos vista. Nós encerramos agora a pauta e vamos passar para o Item 2. O Item 2, como eu havia dito no começo desta reunião, nós só recebemos aqui o comunicado que o MP estará presente, o Sr. Dr. Luiz Ambra Neto, ele se encontra? Dr. Luiz, faça o favor de compor a mesa aqui conosco.

Bom, vou repetir aqui então. Nós estamos recebendo, a pedido do deputado Donato, o Sr. Dr. Luiz Ambra Neto, representando a Promotoria de Justiça, departamento Ministério Público do estado de São Paulo, na qual nós vamos dar a palavra a ele agora, e também com a palavra para as boas-vindas aí o deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Obrigado, presidente. Queria agradecer muito ao Dr. Luiz Ambra Neto pelo respeito à essa Casa e essa comissão. o Ministério Público tem feito um papel fundamental nesse tema que afeta milhões de paulistanos e de paulistas da Grande São Paulo, nas linhas 8 e 9, e também estendendo à questão da ViaMobilidade, a linha 5 do Metrô.

Então, o Ministério Público tem tido uma série de entendimentos com o governo e com a ViaMobilidade e acordos que nós gostaríamos de poder discutir aqui com a presença da ViaMobilidade e dos secretários responsáveis que foram convidados para essa oportunidade, mas não tiveram o mesmo respeito que o Ministério Público está tendo com essa casa.

Queria agradecer muito a presença do senhor, e se o senhor puder dar um panorama dessa relação, o que se avançou e ainda o que está pendente em relação à ViaMobilidade, acho que seria importante para nosso conhecimento e para esse primeiro momento de conversa com o senhor. Muito obrigado pela presença.

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Boa tarde a todos, primeiro coloco que é um prazer estar aqui nesta Casa, um prazer poder contribuir para o trabalho dos senhores, também. Com relação à questão envolvendo a ViaMobilidade, a maioria dos fatos já são notórios, acabam sendo noticiados pela imprensa com uma certa frequência.

Foi instaurado um procedimento investigatório na Promotoria do Consumidor, salvo engano, no início do ano de 2022. Concomitantemente, foi instaurado também na Promotoria do Patrimônio Público da Capital, o Dr. Silvio que acompanha, Silvio

Marques, um procedimento com objeto assemelhado. Logicamente na Promotoria do Consumidor o que se busca verificar é a lesão causada aos usuários do transporte público, são consumidores, um transporte remunerado mediante tarifa.

No Patrimônio Público, o objeto é verificar eventual lesão ao Estado, aos cofres públicos em razão de uma execução inadequada do contrato. Conversamos, optamos por trabalhar conjuntamente e nesse último ano foram colhidas diversas provas a respeito dessa situação.

Muitas das informações, como eu coloquei, vieram pela imprensa, porque no dia a dia a gente acaba verificando o que acontece. Hoje em dia com a facilidade de se obter imagens e trocar informações em tempo real, tudo acaba chegando de uma maneira mais fácil.

Além disso, foram realizados os trabalhos técnicos pelo Caex, que é o órgão interno do Ministério Público que nos ajuda nesse ponto, e logicamente durante todo esse transcurso de tempo, nós buscamos contratos tanto com o governo estadual, como também com a própria ViaMobilidade de maneira a buscar a solução dessa questão.

E, como eu coloquei, durante todo esse tempo já foram colhidas muitas informações. Nosso setor técnico compreendeu que as falhas constatadas são passíveis de regularização, mas logicamente nós defendemos iniciativas da concessionária. Atualmente estamos nesse compasso de conversa, tomamos algumas conversas e buscando que ela apresente soluções, tome providências para sanar essa questão.

E, sem prejuízo, existe, também, uma questão do passivo, podemos dizer assim, de todo dano que foi causado durante esse período de tempo, de todo transtorno que foi causado. Isso também é objeto de nossa apuração.

Basicamente, é essa a situação, tentei sintetizar o que ocorreu nesse período de tempo. Logicamente é um inquérito gigantesco, tem muitas informações, é bem volumoso, não tem nem como trazer tudo nesse momento, mas salvo engano acho que está disponibilizado acesso integral em ambos os procedimentos aqui para a Assembleia.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, por ordem de inscrição, nós temos aqui... Com a palavra, deputado Donato, que fez o convite. Após, nós temos a inscrição, já, do deputado Enio Tatto. Pois não, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Obrigado, presidente. Em determinado momento o Ministério Público chegou a propor a rescisão do contrato?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Sim.

O SR. DONATO - PT - E a partir daí, o que se avançou? Está se construindo um TAC com a ViaMobilidade e com o governo?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Logicamente, nós buscamos, com certeza, tutelar o interesse tanto dos consumidores como também o interesse público. Existem várias maneiras de se buscar essa tutela, e sempre a ação civil, colocamos por último, porque ela é mais morosa, é incerta, nunca se sabe aonde vamos chegar. Então sempre buscamos um compromisso de ajustamento de conduta, essa é a ideia.

Em certo momento, foi recomendado ao poder concedente que procedesse à rescisão do contrato, porque a ViaMobilidade não se mostrava, naquele momento pelo menos, apta a executar de uma maneira adequada, foi o que se compreendeu no momento, e de lá para cá foram feitos novos contatos, e a empresa tem buscado mostrar que tem condições de promover as providências necessárias para que possa executar de maneira correta essa concessão.

Então, nesse momento, nós temos esse diálogo com a empresa, mas não é uma situação definida, não é uma situação que possa assegurar que serão solucionadas as questões, porque a iniciativa, agora, cabe de fato à ViaMobilidade.

O SR. DONATO - PT - Eu tenho um documento aqui, que a ViaMobilidade entregou aos senhores, aos promotores Silvio Marques e ao Sr. Luiz Ambra, em que ela fala de um plano de ação que contempla ações gerais de um montante de 519 milhões.

O que me chamou atenção é que ela fala: “Cujos efeitos na relação de equilíbrio contratual serão discutidos oportunamente”, que é a velha história de se jogar para um reequilíbrio econômico-financeiro ações que deveriam ser de iniciativa da ViaMobilidade. Porque se ela teve o tempo de fazer as vistorias, como teve, diante de assumir as linhas e argumentar que tem problemas que ela não conhecia, no caso da entrega dos trens, o cronograma completamente atrasado.

No dia 30 de maio, deveriam ter sido entregues 13 trens, e até hoje é um que não está em operação. Os trens da CPTM que ela usa emprestados deveriam ter começado a ser devolvidos a partir de ontem, dois trens. Então me preocupa esse tipo de ação, em que a ViaMobilidade fala que vai fazer novos investimentos, mas deixa a porta aberta para

isso ser jogado no contrato como reequilíbrio econômico-financeiro. O senhor tem acompanhado isso de perto?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Sim. Essa questão envolvendo eventual execução contratual indevida, eventual lesão ao erário, acaba sendo mais da área do Dr. Silvio Marques, que atua na área do Patrimônio Público.

Embora a investigação seja comum, existem algumas diferenças na apreciação das situações e se eventualmente viesse a proposta, alguma ação, possivelmente serão duas ações, uma da área do Consumidor e uma da área do Patrimônio Público. Mas eu digo em uma eventualidade. A gente não pode dizer algo que não foi feito ainda, sempre é prudente dizer o que já foi feito. Então essa questão seria mais da área do Dr. Silvio.

De qualquer maneira, nós vamos acompanhando todas essas situações, porque elas repercutem diretamente na questão da qualidade do serviço que é ofertado. E se eventualmente se chegasse à conclusão de que é possível um compromisso de ajustamento de conduta, certamente serão observadas todas essas situações, de modo a buscar garantir ao consumidor um serviço digno e adequado, e também garantir que esse serviço não ocorra onerando indevidamente o Estado.

O SR. DONATO - PT - Uma última pergunta, e depois eu passo para os colegas. O senhor é da área da defesa do consumidor, e eventual punição nessa área acarretaria o quê para a ViaMobilidade? De que maneira seriam ressarcidos os consumidores que tiveram seus direitos lesados pelos atrasos, pelos inúmeros transtornos que a ViaMobilidade causou?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Essa é uma questão bem complexa e delicada. Logicamente houve lesão aos consumidores, é possível que cada um busque individualmente a reparação que entenda cabível, e logicamente o Ministério Público tem também legitimidade para buscar providências nesse campo.

Essa lesão individual, por vezes, é muito difícil de ser constatada caso a caso, porque pode, em tese, envolver situações diversas para cada consumidor. Então teria que se verificar a possibilidade de discutir isso em eventual ação civil-pública, porque normalmente se abordam questões que são homogêneas, e por vezes pode ser algo heterogêneo, mas é algo que teríamos que pensar se viesse a juizado.

Independentemente da questão individual de cada consumidor, nos resta muito claro que realmente houve uma lesão de caráter difuso, houve um dano moral coletivo, atinge a toda sociedade de uma maneira semelhante, vamos dizer assim. Todos que observam aquela situação se chocam com o que ocorre, e nós compreendemos que esse dano moral coletivo deva ser, de alguma maneira, reparado, isso faz parte também da nossa apuração.

Então são duas lesões que poderíamos dizer na esfera do consumidor: a questão individual de cada consumidor, que pode, cada um deles, buscar alguma reparação específica, poderemos pensar algo a se estudar, se seria possível uma ação civil-pública para abordar o interesse conjunto de cada um deles na esfera reparatória; e também a questão do dano moral coletivo. Isso sim o Ministério Público poderia ingressar com uma ação com relação a esse aspecto, e também, se for celebrado um compromisso de ajustamento de conduta, pode prever alguma reparação com relação a essa situação.

Tirando a situação dos danos causados, há o interesse da solução do problema. Então o que precisa ser feito é a tomada de providências para que haja um transporte com uma qualidade adequada, com uma segurança adequada e que essa situação seja regularizada. Até porque, é uma concessão de serviço público. O que se entende é que se houve a concessão, teria que haver uma melhora que ocorria e nenhuma manutenção, nenhuma melhora e muito menos uma piora, então é isso que se aguarda.

Então, na área do consumidor, o que se busca? A solução, daqui para frente, e a reparação do que passou nesses dois campos que eu coloquei.

O SR. DONATO - PT - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado, deputado Donato. Com a palavra, o deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar a todos aqui presentes, cumprimentar o Dr. Luiz Ambra Neto pela presença e pelo respeito à Assembleia Legislativa e à Comissão de Transportes. Sr. Presidente, eu tenho um pequeno vídeo, bem curtinho, sobre a linha 4.

Não é coisa de um ano atrás não, é coisa de ontem. Eu gostaria que passasse até para quem não conhece, que vai ficar conhecendo.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Já está pronto, lá?

O SR. ENIO TATTO - PT - É possível?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pode transmitir.

O SR. ENIO TATTO - PT - Linha 9, aliás.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Linha 9.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. ENIO TATTO - PT - Essa é a linha 9. É só para mostrar a multidão, a quantidade de pessoas. Isso todos os dias acontece. Era administrada pela CPTM. Houve a licitação e a ViaMobilidade ganhou a concessão.

Eu imagino que, quando se tem uma concessão, tem uma discussão, quem vai participar quer saber de tudo que tem que ser feito nessa linha, e a ViaMobilidade acho que fez isso e ganhou. Só para vocês terem uma ideia, essa linha 9 da CPTM é uma linha que, tempos atrás, 20, 30, 40 anos atrás, era uma linha que saía aqui de São Paulo e chegava até Santos, e era gratuita. As pessoas iam para a praia por essa linha. Então é uma linha muito antiga, ficou um tempo desativada e depois foi reativada e virou a linha 9.

É sabido ali, e aí eu queria já fazer a pergunta para o Dr. Luiz Ambra Neto, que ali é um problema estrutural, dos trilhos e dos dormentes que precisam ser trocados em toda a linha. E quando foi feita a concessão, a ViaMobilidade, o governo do Estado e a CPTM sabiam que tinha que ser feito isso. Se não resolver esse problema, deputado Paulo, não resolve o problema de toda hora estar quebrando, de toda hora os trens estarem parando, mesmo porque ali é uma linha que está em extensão.

Uma luta enorme, eu acabei de falar do movimento de transporte que está aqui presente, que era para inaugurar a estação Mendes-Vila Natal. Demorou muitos anos e

foi inaugurada. Hoje leva o nome do saudoso prefeito Mário Covas. Isso significa que aumentou em 100 mil passageiros por dia, então mais problemas.

Estamos esperando que, até o final do ano, doutor, se inaugure a estação Varginha, que vai se integrar com o terminal de ônibus Varginha, aquela região de Parelheiros, fundão, quase chegando em Santos, deve conhecer. Então, ali, vai aumentar pelo menos 150 mais 200 mil passageiros.

Se não resolver o problema estrutural, não vai ter solução. E tudo isso era sabido. Toda vez que tem um problema, vem-se a público, dá entrevista que vai resolver, e nós sabemos que o problema é mais complexo, é mais complicado. Então o Ministério Público está por dentro disso? Sabe que o problema é estrutural, que tem que fazer essa troca? Tem informação que isso já está sendo substituído?

Eu vi uma entrevista que, quando fizeram um acordo para dar mais uma oportunidade para a ViaMobilidade, que eles iam começar a trocar nos lugares mais emergenciais, onde temos problemas maiores. Isso está sendo feito? Em que situação está? Se o Ministério Público tem essas informações, se o senhor tem essas informações para passar para o público, para passar para a comissão nossa?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Essa questão que o senhor colocou realmente ocorre. O Caex, que é nosso setor técnico, identificou que há necessidade de troca dos dormentes e também a necessidade de adoção de inúmeras providências para que a linha possa ser operada de uma maneira adequada. Houve, inicialmente, uma manifestação da ViaMobilidade indicando uma troca aos poucos dos dormentes.

O que nosso setor técnico apontou é que aquela situação não resolveria o problema, que teria que haver uma ação mais rápida. Eu não tenho aqui os informes técnicos, como eu disse, o procedimento é muito grande para dizer exatamente qual foi o posicionamento.

O que se colocou é que a ViaMobilidade, para garantir a segurança e o serviço adequado, teria que fazer essa substituição de uma maneira muito mais rápida e, lógico, se não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, porque os trens não param de circular, teria que se eleger alguns prioritários inicialmente, mas fazer isso de uma maneira mais acelerada e com um cronograma já previamente estabelecido, de uma maneira que possa se fazer um acompanhamento de tudo que está sendo feito.

A outra pergunta que o senhor fez, com relação à atual situação, eu não tenho essa informação agora, como ela está procedendo a questão dessas substituições. O que estamos acompanhando buscar, e até para eventual ajuste que venha a ser feito, é como

ela vai se comprometer a solucionar essas questões e passando também pela questão da substituição dos dormentes.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, nós estivemos com o promotor, o Dr. Sarrubbo, tratamos desse assunto, e sabemos que quem está cuidando disso é o Dr. Silvio Marques. E não sei se o senhor pode responder, mas qual o prazo, qual a paciência do Ministério Público de não pedir o desfazimento dessa concessão? Já que desde, deve fazer um mês, dois meses, que foi dado esse prazo, e nós não vemos melhoria nenhuma, não vemos nada de novo, a não ser o sofrimento da população que usa essa linha 9.

Eu fiquei mais preocupado ainda que o governador Tarcísio deu uma entrevista falando sobre a linha 17 do monotrilho, que passou já por cinco governadores, e as empresas simplesmente desistiram de completar. E o governador Tarcísio coloca como uma sugestão - e aí a minha pergunta, se o Ministério Público está acompanhando de perto isso, e se tem algum posicionamento - de que a linha 17 monotrilho, seja assumido o término dela sabe por quem? Pela ViaMobilidade.

Ou seja, eles não conseguem resolver um problema da linha 9, que eles ganharam a licitação, e o governador coloca o seguinte: por quê? Porque a ViaMobilidade ganhou a concessão da linha 5 do Metrô, que vai até o Jardim Ângela, que nunca termina as estações que estão faltando, e ganhou a da linha 17.

Então, seria adequado que a ViaMobilidade assumisse o término da linha 17 do monotrilho, que é aquela linha que sai do Morumbi e que chega até o aeroporto de Congonhas? Vocês têm conhecimento disso? Que seria surreal nós ficarmos sabendo que a ViaMobilidade, que precisaria, inclusive, ser tirada da concessão, desfeita essa concessão, de repente está prestes a assumir as obras da linha 17, mesmo porque já ganhou a concessão da linha 5 e da 17 do Metrô e do monotrilho.

O Ministério Público está acompanhando isso? Já não era hora de tomar uma decisão e propor que essa concessão da linha 9 fosse desfeita e arrumar alguém que tenha mais cumplicidade, mais responsabilidade com a população e o transporte aqui no estado de São Paulo?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Vamos por etapas. Primeiro, a questão de eventuais novas intervenções da ViaMobilidade, isso eu não tenho como me manifestar, primeiro, porque foge dessa questão das linhas 8 e 9, que é o objeto desse inquérito. É uma questão que é mais relacionada à área do Patrimônio Público, e eu não sei dizer se já existe algum

procedimento instaurado na área do Patrimônio Público ou não com relação a essa situação, eu creio que possa haver.

Como é uma promotoria que eu tenho contato, mas não trabalho lá, não tenho como passar essa informação e me disponho, se o senhor quiser, a buscar essa informação o quanto antes para encaminhá-la para cá, mas eu não tenho essa informação aqui. Conheço a informação pela imprensa.

Com relação à questão da rescisão, é um tema bem delicado. A administração pública, o poder concedente, pode buscar iniciativas para ele mesmo buscar essa rescisão, uma caducidade. Isso em determinado momento já foi recomendado porque se entendeu que havia a necessidade do poder concedente tomar providências para que esse contrato fosse executado de uma maneira adequada, que fosse oferecido um serviço público de transporte de qualidade, e se não fosse possível essa solução, que fosse buscada a rescisão.

Na realidade, a recomendação não foi diretamente para que fosse feita a rescisão, e sim para que se iniciasse o procedimento com vias de eventualmente vir a fazer essa rescisão. Então estudar o caso, verificar se há necessidade e aí sim tomar essa providência.

Independentemente disso, o Ministério Público tem legitimidade para buscar judicialmente essa rescisão, o Ministério Público tem um trabalho técnico, ele não tem um trabalho que fuja disso. Então escolher a melhor ou a pior empresa não cabe ao Ministério Público: cabe verificar se está sendo executado adequadamente - o que não está, pelo que verificamos - e se é possível sanar essa situação.

No atual momento, embora já tenha sido pontuado todo o nível das falhas, o que estava ocorrendo, a empresa mostrou interesse em solucionar essa questão. Tivemos algumas conversas, ela apresentou algumas propostas, e estamos conversando para verificar se será viável, se de fato ela vai assumir esse compromisso, que ainda... Logicamente falando, compromisso de uma maneira informal, não tem nada a celebrar, mas se ela vai tomar providências para solucionar essa questão.

Na realidade, ela não depende de um TAC, de um acordo com o Ministério Público para regularizar a situação, ela não precisa de uma autorização. Ela pode tomar providências, comunicando o governo, para solucionar isso, independentemente de qualquer ajustamento de conduta.

Logicamente, como há uma investigação, nós acabamos tratando dessas questões, e estamos nessa situação. Ela manifestou-se nesse sentido, então nos interessa saber exatamente o que ela pensa em fazer, e é importante verificar, o nosso setor técnico tem

acompanhado, com profissionais competentes, para verificar se o que ela oferece é razoável, logicamente fazemos sugestões também.

Sem dúvida nenhuma, o poder concedente tem que se manifestar com relação a isso também, porque a relação não é Ministério Público e ViaMobilidade, o poder concedente tem obrigação de fiscalizar. Como eu disse, eu não tenho como dizer para o senhor que será proposta uma ação no dia tal ou que será feito um ajuste no dia tal, porque isso não foi feito ainda. E tem uma série de situações que surgem as vezes que modificam um posicionamento (Inaudível.)

O que eu posso garantir é que o inquérito já está praticamente concluído e em breve ou será feito um compromisso de ajustamento de conduta ou será proposta uma ação civil pública, isso eu posso dizer.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ENIO TATTO - PT - Só terminando, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Só a conclusão do deputado Enio Tatto e aí eu inscrevo você.

O SR. ENIO TATTO - PT - Agradecer o Dr. Luiz, e, Sr. Presidente, eu só queria ler aqui, e eu vou fazer alguns requerimentos e a gente vai ter que começar a cobrar o governo do Estado, a secretaria, e o Ministério Público deve estar sabendo disso e também a Artesp.

O Art. 36 da Lei das Concessões e Serviços Públicos diz o seguinte: “O regulamento específico da concessão deverá prever a constituição de uma comissão de acompanhamento e fiscalização, no prazo de 90 dias, com caráter opinativo, composta por representantes, em igual número, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e dos usuários”.

O que eu tenho a dizer para vocês, que eu fiquei abismado? Tem concessões, Dr. Luiz, que têm 20 anos, 30 anos, e essa comissão de usuários em nenhuma delas existe no estado de São Paulo, e está na lei. Quem usa, quem sofre, como é o caso da linha 9, do pessoal do Grajaú, de Varginha, de toda aquela região, Jardim Primavera, não tem nem o direito de reclamar, a não ser chamar a imprensa e fazer as reportagens que todos os dias é motivo, nós assistimos e ouvimos, pelas rádios, dos problemas.

Então, só informar que se faça cumprir esse artigo dessa lei e nós vamos, com certeza, vou fazer requerimentos aqui, Sr. Presidente, para questionarmos a secretaria, o governo do Estado, a Artesp, inclusive, está convocado aqui o presidente, porque não faz valer esse artigo das concessões aqui no estado de São Paulo. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Dr. Luiz.

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É uma prerrogativa, sim, deputado Enio Tatto, eu tenho conhecimento, e também como presidente desta comissão, que nós passamos a ter este conhecimento, até uma observação do deputado Edmir Chedid, que graças a deus está em plena recuperação para estar aqui conosco no futuro.

O Art. 36, não é? Se não me falha a memória, e poderia fazer jus e fazer valer uma composição com o Poder Legislativo e a comunidade, o usuário, para fiscalizar e ter o poder de fiscalização, isso é possível sim. Vou passar a palavra aqui para o deputado Paulo Mansur, mas antes tecer um pequeno comentário.

Eu acho que nós temos a disposição e a prerrogativa dos Srs. Assalve e Benini de estarem presentes aqui. Vou fazer o questionamento junto a eles para eles virem, até como o Donato ainda a pouco fez essa deferência, porque não vejo o motivo de não estarem presente, até porque pegaram o bonde andando, a verdade é essa.

Nós temos o Assalve, que já há tempo tem essa facilidade nesta área, já domina bastante, trabalhou em diversas áreas de transportes sobre rodas, e também o Benini, que já esteve em Brasília, na Artesp. Então são pessoas que têm conhecimento, e acredito que eles vão dar a colaboração deles para esta comissão, para poder identificar e levar essa demanda à nossa população.

E também agradecer aqui hoje a presença do Dr. Luiz, que está presente esclarecendo aquilo que estiver a seu alcance. Como ele disse, ele não é o poder concedente, o poder concedente é o governo do Estado, e a prerrogativa do Ministério Público é fazer valer aquilo que está no papel, então que isso seja cumprido por ambas as partes, o poder concedente, e quem está frente à concessão, que é a ViaMobilidade.

Com a palavra, deputado Paulo Mansur.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Gostaria de agradecer a presença do Luiz Ambra Neto, do Ministério Público, está aqui com a gente.

O Donato e o Enio Tatto são do PT, eles são a oposição ao governo, e é claro que temos que cobrar, mas eles cobram mais ferrenhamente. Essa concessão que estamos falando é de 2022, ela começou em janeiro, ou seja, antes do governador Tarcísio assumir.

Eu sou empresário e sou político. Então vejo pelo lado empresarial também, que é lógico que todo mundo entra numa concessão pública, todo mundo que vai entrar numa licitação, ele tem que ver se vai ter lucro, não vai perder dinheiro, ninguém ia entrar num negócio para perder dinheiro. E é lógico que existe uma regra para você ganhar e, claro, construir, melhorar o estado, melhorar para a população e também o empresário ter o sucesso dele, assim é nos negócios.

O Ministério Público atua também em investigar, e o governador Tarcísio faz de tudo para desburocratizar, para nós avançarmos. Eu pergunto, o Ministério Público também pensa assim?

Ele quer que o Estado avance, os pedidos que são feitos são pedidos necessários, por exemplo, nessas reuniões, como V.Sa., falou, com o concessionário? Porque no meu entender, você tem uma concessão que tem um investimento, e ali nós precisamos, realmente, dar valor também para o concessionário que investiu, então tudo tem uma regra de duas vias.

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Desculpe, não sei se entendi direito a pergunta. Se o Ministério Público...

O SR. PAULO MANSUR - PL - O Ministério Público acaba investigando a concessão, se está faltando algo, se não está faltando, dentro da concessão quando ela é feita, certo?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Sim.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Então eu gostaria também de saber, quando o Ministério Público faz a investigação, tenta que o concessionário dê a resposta antes de entrar com qualquer requerimento ou deixar aquilo como eles estão fazendo, tiraram a concessão, que é algo extremamente grave, você tirar uma concessão de uma pessoa que ganhou uma licitação. Então, existe toda essa conversa, esse diálogo? Como funciona?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Logicamente, uma declaração de caducidade, a rescisão de uma concessão é algo extremo, principalmente em uma situação dessas, porque antes disso já houve um procedimento licitatório que precedeu a contratação, houve toda uma preparação para que aquela nova realidade fosse implementada. Logicamente, sabemos que isso é uma situação extrema e é a última das prateleiras que se deve chegar.

Quando foi feita a recomendação para que o Estado, volto a dizer, instaurasse o procedimento para pensar sobre essa rescisão, é porque realmente a situação pedia isso, era urgente, nós não verificávamos sequer uma possibilidade de conversa com a ViaMobilidade, o que se modificou um pouco depois. Mas o Ministério Público tem um trabalho técnico, ele busca verificar se o contrato está sendo executado adequadamente ou não, ele não vai entrar nessa questão da conveniência ou da questão política que antecedeu.

Essa questão de privatização ou não, não cabe ao Ministério Público chegar e mexer nisso, isso é uma opção do Estado ou do Executivo. O Legislativo acaba participando também, mas o Ministério Público busca verificar se o contrato está sendo executado de uma maneira adequada. O interesse dele, no meu caso, é proteger o consumidor, e o interesse é proteger, por parte da Promotoria do Patrimônio Público, o Estado.

Nenhuma dessas promotorias tem o interesse de proteger a concessionária, mas logicamente nós atuamos com bom senso, então ninguém quer estragar um investimento ou eventualmente intervir de uma maneira inadequada em uma relação que não nos cabe, então, respondendo à pergunta, embora não seja objeto da tutela da Promotoria do Consumidor ou da Promotoria do Patrimônio Público, os interesses da concessionária, busca-se atuar com bom senso.

Então, se eventualmente for ajuizado uma ação para que haja rescisão, caso se entenda que o Judiciário tem que analisar essa situação, é porque se chegou em um momento extremo em que nenhuma daquelas outras medidas mostraram-se suficientes. Agora, caso haja a implantação ou o ajuste para medidas que nosso setor técnico entenda que podem propiciar ao consumidor, ao usuário, um transporte digno, isso pode ser feito.

Lógico, sendo feito um ajuste, não significa que aquela questão foi de fato resolvida. Indica-se que é um caminho para aquilo, e aí para que se chegue àquilo, há que se fazer os investimentos, há que se fiscalizar para verificar se tudo aquilo que foi assumido está

sendo cumprido, então é algo que não ocorre do dia para a noite. A síntese é mais ou menos essa.

Sendo possível que esse contato seja executado de uma maneira digna, sendo possível que haja modificações, intervenções ou novos investimentos - não sei, temos que pensar -, em tese é viável que se continue com a concessão. Caso isso não seja sinalizado, ou caso nenhum compromisso seja assumido, não haveria outra alternativa.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Era essa a pergunta, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok. Agradeço, mais alguma colocação?

O SR. DONATO - PT - Só uma...

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Por favor, eu cedo ao deputado, depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Deputado Donato, com a palavra.

O SR. DONATO - PT - Não, só duas questões rápidas. Quando o estado opta por fazer uma concessão, ele espera que se melhore o serviço, e se você faz uma concessão de 30 anos, espera que de alguma forma os investimentos que o Estado não teria capacidade de fazer rapidamente sejam feitos e diluídos em 30 anos, evidente, tendo lucro e tudo mais.

Nisso é feito uma licitação e um cronograma. O que nós estamos discutindo aqui, deputado Paulo Mansur, não é um problema ideológico, nada disso, é que o contrato não está sendo cumprido, e quem está pagando a conta é o consumidor na ponta, o passageiro, o cidadão que não está tendo um bom serviço.

Como eu disse aqui no início, dia 30 de maio, pelo calendário do edital, tinham que ter 13 trens novos. O grande investimento dessa concessão é a compra de 36 trens. Ele corresponde a metade do investimento, a compra de material rodante. Desses 36, 13 já

teriam que ter sido entregues, trens novos, por isso foi feita a concessão, e não foi entregue nenhum. Tem um que foi entregue, mas que está em teste ainda e não está operando.

Então tem um problema que diz respeito a não cumprir o contrato da concessão, eu não estou discutindo nenhuma questão, não tenho nenhum problema com concessão. O problema das concessões é que elas são mal desenhadas e mal fiscalizadas, é isso que eu acho, em geral, pelo Estado. E aí vira um capitalismo sem risco, porque não tem risco.

“Ah, o trem é o material rodante, o trem aumentou”. É verdade, tem matéria aí dizendo que aumentou o trem, mas isso é risco do negócio, o que vai fazer? A vida é assim, vai jogar para o Estado? Então devolve a concessão se você não tem condição de cumprir, mas é só um comentário.

Por último, só uma última questão, Dr. Luiz, agradecendo muito mesmo a sua colaboração, seu respeito à essa Casa. Quais são as contrapartes dessa negociação, quem são as pessoas que estão negociando com o Ministério Público, pelo governo e pela ViaMobilidade?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Na realidade, nós já conversamos com o governo, conversamos com a ViaMobilidade, mas o primeiro momento é buscar contato com a ViaMobilidade justamente para verificar se é possível ela assumir alguns compromisso que a gente entende que são adequados.

Como se trata ainda de conversas para eventual compromisso de ajustamento de conduta, é uma situação que não é muito conveniente que nós toquemos no momento ou exponhamos tudo que se conversa, porque são ajustes que são feitos. Mas o que eu coloco é que é conversado com a ViaMobilidade...

O SR. DONATO - PT - Na pessoa de quem, é do presidente?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Sim, normalmente com o presidente.

O SR. DONATO - PT - Pelo Estado, quem participa das conversas?

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Anteriormente nós já conversamos com diversas pessoas no Estado, então já houve reuniões até mesmo com o governador, houve reunião com o secretário de Transportes, me parece que agora foi modificada a pasta que cuida das concessões.

Houve, logicamente, contato com a CPTM para compreender todo aquele contexto. Então conversamos com muita gente, já, para tentar primeiro compreender toda a situação, porque é muito complexo, e depois compreendendo tudo que acontecia para buscar um ajuste de conduta.

Se for feito um eventual ajustamento, logicamente tem que contar com a anuência do poder concedente, porque é ele quem controla o que está ocorrendo na concessão. Então caso haja novos investimentos ou adiantamento de investimentos, por exemplo, tem que ter anuência, porque não daria para fazer simplesmente com a ViaMobilidade. Mas com relação às pessoas, nós temos conversado com muita gente, então é difícil resumir nesse momento.

O SR. DONATO - PT - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok. Com a palavra, deputado Oseias de Madureira.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Sr. Presidente, só para agradecer a presença do Dr. Luiz e parabenizá-lo pelos esclarecimentos. E também pontuar que, dentro do contexto que está se investigando, que está se falando, até pela ViaMobilidade, já é quase um ano, um pouquinho mais, de que foi estabelecido o contrato. E hoje nós estamos no início de um novo governo.

Eu acho que tem um interesse total para que também essa situação seja, sem dúvidas, resolvida. Mas acima de tudo, o nosso desejo é que o usuário final seja beneficiado e que não haja nenhum tipo de contratempo para aqueles que, sem dúvida, estão lá na ponta e precisam ter seu uso de uma forma normalizada.

Nosso desejo aqui, e eu espero muito, tenho absoluta certeza de que nós entraremos nesse consenso e que o governo também continuará ajudando, posicionando-se, para que esse assunto seja definitivamente solucionado e o usuário possa usufruir sem dúvida de um transporte digno, e que haja também a tranquilidade no uso do mesmo.

Mas, parabenizá-lo e agradecê-lo, e também a esta Presidência, todos os colegas na comissão desse trabalho.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado, deputado Oseias de Madureira, com a palavra, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Só para finalizar, como usuário que sofre, agradecer a presença aí do Ceará, do Félix, do Nilton, Claudinei, que eu falei o nome errado no início, orientar e falar. Nós fizemos uma audiência pública com a Enel sobre os péssimos atendimentos da Enel Energia Elétrica. Ela está entre os três - se eu não me engano a segunda - com maior reclamação dos usuários.

Eu acho que o usuário da linha 9 não está denunciando no Procon, e precisaria fazer isso, porque com certeza seria campeão de reclamações. Então uma sugestão e eu vou até falar sobre isso. Lógico, governo novo, mas aqui tem que pegar no pé de quem ganhou a concessão, que realmente não está cumprindo com o contrato.

Todos esses problemas que nós levantamos aqui, que estão sendo levantados, deputado Donato, eles já sabiam que tinha que ser feito. Então o que está acontecendo é o desrespeito ao contrato, como o Donato falou, que não estão tendo os investimentos que se fazem necessários. E o papel do governo é qual? Fiscalizar. E é o nosso também, aqui.

Então nós precisamos voltar a esses assuntos, aprofundar, e espero que a comissão presidida por V. Exa. dê conta do recado. Porque o sofrimento é muito grande de quem usa o transporte coletivo todo dia em todas as linhas. Nós estamos falando só da linha 9. Imaginem todos os problemas que nós temos tanto dos ferroviários como os rodoviários que nós temos aqui na cidade de São Paulo. Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, quero agradecer aqui a presença do Dr. Luiz Ambra Neto, que corroborou muito com esta comissão. E tenho convicção que nós vamos fazer o convite. Pessoalmente, vou falar com o secretário Assalve, o secretário Benini, que tenha a compaixão de colaborar com esta comissão, para que a gente não faça convocação e sim convite para estar aqui conosco, que é interesse público e de ambas as partes.

Vamos oficializar, fazer um requerimento de convocação da ViaMobilidade para ser aprovado na nossa próxima reunião da quarta-feira que vem. Sem mais nada a ser tratado, declaro encerrada a presente reunião, muito obrigado, Dr. Luiz.

O SR. LUIZ AMBRA NETO - Agradeço.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *